

ATA DA CENTÉSIMA VIGESIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de outubro de dois mil e quatro, deu-se início a Centésima Vigésima Primeira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, presidida pelo Sr. Vice-Presidente José Fernando da Silva, Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais. Presentes os conselheiros titulares: Simone Mariano da Rocha, Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Rachel Niskier Sanchez, Sociedade Brasileira de Pediatria; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria das Graças Fonseca Cruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Maria Júlia Rosa Chaves Deptulski, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Beatriz Hobold, Pastoral da Criança/Organização de Ação Social da CNBB; Pedro Vilmar Ost, União Brasileira de Educação e Ensino; Sandra Maria Francisco de Amorim, Conselho Federal de Psicologia; Welinton Pereira da Silva, Visão Mundial; Ivanildo T. Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Rosângela Fragoso de M. Santiago, Ministério da Fazenda; José Luis Gonzaga de Oliveira, Ministério da Justiça; Maria Luiza Ribeiro Viotti, Ministério das Relações Exteriores; Enid Rocha Andrade da Silva, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cristina de Fátima Guimarães, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/PR. Estiveram também presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Christiano Sávio Barros Figueirôa, Ministério das Relações Exteriores; Napoleão Alvarenga Filho, Ministério da Cultura; Cleyde de Alencar Tormena, Ministério da Educação; Meyre France Ferreira Leão, Ministério dos Esportes; Thereza de Lamare Franco Netto, Ministério da Saúde; Margarida Munguba Cardoso, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Laerte Ricarte Júnior, Ministério da Previdência Social; Antonia Puerta Jimenes, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Estiveram ainda presentes os conselheiros Não-Governamentais suplentes: Jessimar Dias Pereira, Inspecção São João Bosco/Salesianos; Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores e Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. **Abertura dos Trabalhos e Aprovação da Pauta:** O Vice-Presidente submeteu a pauta de trabalho à plenária, tendo a mesma sido aprovada por todos. **Apresentação da Política de Promoção da Igualdade Racial e do Diagnóstico sobre Crianças e Adolescentes Quilombolas pela Seppir e apresentação do Projeto Zanauandê/UNICEF** para conhecimento e encaminhamento conjunto. O Gerente de Projetos da Subsecretaria de Relações Institucionais da Seppir, Sr. José Carlos Rodrigues Esteves fez a apresentação da Política Nacional, dando enfoque no papel da Secretaria Especial, seus objetivos, princípios, diretrizes, programas de ação, monitoramento e avaliação. Quanto ao Conselho Nacional de Igualdade Racial, O Sr. Esteves informou que o mesmo é composto por diversas etnias e pessoas de notório saber. O Sr. Carlos Alberto Santos de Paulo, Diretor de Políticas para o Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, cumprimentou a todos e em seguida fez a apresentação de dados estatísticos da pesquisa “Aspectos Étnico-Raciais da Realidade dos Adolescentes em Conflito com Lei”, realizada no exercício de dois mil pelo Ministério da Justiça/SEDH/DCA/UNESCO. O Sr. Carlos Alberto fez uma breve reflexão sobre o atendimento socioeducativo, ressaltando dados estatísticos de adolescentes negros que cumprem medidas socioeducativas. Apresentou ainda, dados estatísticos das comunidades quilombolas e as dificuldades de acesso aos serviços em função das distâncias geográficas das mesmas. Foram feitas considerações pela plenária destacando-se: o que caracteriza a comunidade quilombola e se do ponto de vista cultural existe heterogeneidade; como está a discussão desta questão no atual governo; necessidade de se ter uma política de seguridade social; que ações poderiam ser desenvolvidas na linha arte-educação; como o Conanda poderia atuar numa agenda conjunta com a Seppir; necessidade de aprofundamento da transversalidade sem discriminação; necessidade de propor políticas públicas para crianças e adolescentes que não fossem discriminatórias; capacitação de conselheiros tutelares no que tange as ações estruturantes. O Sr. Carlos Alberto e o Sr. Esteves responderam as ponderações e considerações apresentadas, ressaltando a importância do Conanda ter um olhar para a criança e o adolescente negros. A conselheira Cristina, representante da Seppir, acrescentou que as crianças e adolescentes inseridas nas ações da Seppir são sujeitos de direitos e não de discriminação e ressaltou que a Seppir está aberta para discutir a questão da transversalidade com o MEC. Na oportunidade apresentou as contribuições da Seppir para serem inseridas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. A conselheira Maria Izabel solicitou cópia do relatório sobre a pesquisa apresentada, para repassá-lo aos demais conselheiros. O Vice-Presidente José Fernando solicitou que a Comissão de Políticas Públicas fizesse uma reflexão sobre as Conferências da Seppir e do Conanda a serem

realizadas no próximo exercício, bem como a revisão das Diretrizes Nacionais para Política a Política de Atenção Integral para a Infância e Adolescência no próximo exercício. **Apresentação da Versão Preliminar do Sistema Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo – Sinase** – O Sr. Paulo Marques da SPDCA fez uma breve análise do adolescente no contexto brasileiro e as medidas socioeducativas e em seguida fez a apresentação do conceito, dos princípios e da organização do Sistema Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo – Sinase, suas competências e as atribuições gerais dos entes federativos. Apresentou ainda, os principais procedimentos da ação e gestão pedagógicas para as medidas socioeducativas, a gestão do sistema, os parâmetros arquitetônicos, financiamento, monitoramento e avaliação. O Sr. Paulo informou que no dia vinte e oito de outubro seria realizada reunião com os ministérios que mantêm interfaces com as medidas socioeducativas para discutir o Sinase. O conselheiro Cláudio ressaltou que o documento era o resultado das discussões iniciadas há quatro anos atrás por meio dos Encontros Regionais sobre Medidas Socioeducativas, realizados nos cinco pólos brasileiro, para discutir o Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas, os parâmetros arquitetônicos e o projeto pedagógico para unidades de internação e semiliberdade e que o Seminário Nacional para discutir o Sinase, era um chamamento dos atores envolvidos na execução das medidas. Acrescentou que no mês de dezembro os dois documentos serão apresentados ao Conanda para deliberação. A conselheira Maria Izabel pediu que fosse registrado o problema do adiamento do Seminário Sinase, causando prejuízos ao cumprimento do cronograma. Elogiou o documento apresentado e argumentou sobre a necessidade de aprofundamento do item sobre o gerenciamento da Política Nacional. A conselheira Elisabete parabenizou o trabalho apresentado, considerando ser este um momento histórico para o Conanda, porém, fez questão de frizar que o mesmo não poderia ser construído apressadamente, considerando insuficiente o prazo para as sugestões. Propôs também, a imediata articulação com o Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS para discutir o sistema. A conselheira Maria das Graças também reiterou a necessidades de articulação com o CNAS o mais urgente possível. A conselheira Antonia esclareceu que o Presidente do Conanda entendeu que todo o Colegiado deveria ter conhecimento do documento. Quanto à questão do orçamento considerou que era um assunto complexo e que, portanto, essa discussão deveria ser centralizada na Assembléia do mês de novembro. A conselheira Márcia Lopes ressaltou que a Assistência Social já havia passado por um processo semelhante quando discutiu o Plano Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social e que ela não via incongruência com a Sinase. Com relação à discussão da interfase do PNAS com o Sinase, propôs que o assunto fosse pautado com a Comissão Tripartite do MDS e com o CNAS. Para o conselheiro Cláudio, o Conanda não tem que contextualizar alguns pontos, mas sim se posicionar em todas as questões elencadas no documento o qual todos os conselheiros já tiveram acesso. O Vice-Presidente ressaltou que além dos conselheiros se posicionarem era necessário a manifestação dos órgãos parceiros (ABMP, Fonacriad e SPDCA). A conselheira Antonia ponderou a questão do cumprimento do prazo agendado, ressaltando a importância da aprovação ocorrer no mês de dezembro, ou no mais tardar até o mês de fevereiro. No segundo dia da Assembléia os trabalhos tiveram continuidade com os seguintes pontos de pauta: **Aprovação da Ata da Centésima Vigésima Assembléia Ordinária.** A Ata da Centésima Vigésima Assembléia Ordinária fora aprovada com correções pertinentes. **Apresentação do Relatório de Monitoramento do Comitê Gestor Presidente Amigos da Criança** – A apresentação do Relatório foi feita pelo Gerente da SPDCA e Gestor do Comitê, Sr. Amarildo Baesso, que na oportunidade informou sobre a impossibilidade de conclusão do relatório na data prevista. O atraso se deu em função das inúmeras ações do Ministério da Educação, dificultando a análise no tempo hábil. O Sr. Amarildo esclareceu que o relatório de gestão do Plano contemplava a execução físico - financeira das ações nele contidas. Ao todo eram duzentas e duas ações distribuídas em onze Ministérios, sendo que oito deles tinham ações diretas. O relatório dispunha ainda sobre a qualificação das estratégias que os vários órgãos do governo vinham desenvolvendo para a implantação do Plano. O período da análise foi até o dia dez de julho do ano em curso, justificando-se esta data em razão da Lei Eleitoral, tendo em vista que a execução se dava nos Estados e Municípios. Com este corte poderia contemplar toda a aplicação dos recursos repassados pelo Governo Federal e o alcance das metas previstas. Foi esclarecido ainda, que a Rede de Monitoramento da Sociedade Civil já havia feito a entrega do seu relatório denominado “Um Brasil para as Crianças”, com a solicitação para que houvesse um diálogo sobre as considerações feitas naquele relatório e as suas recomendações e que o Comitê Gestor estava fazendo este cotejo na medida do possível. A proposta de entrega do relatório está agendada para o dia quatorze de outubro, no Palácio do Planalto, em comemoração a semana da criança, com a presença do Presidente e Vice-presidente do Conanda. Posteriormente o relatório será enviado à todos os conselheiros. O Sr. Amarildo

colocou o Comitê Gestor a disposição do Conanda e propôs caso fosse de interesse do Colegiado convocá-lo para debater o assunto. A conselheira Enid acrescentou que no relatório foram registrados os avanços, as dificuldades e os desafios existentes e que o mesmo poderia servir de subsídio para o Conanda e demais instâncias governamentais atuarem, bem como estabelecer diálogo com a sociedade civil. O Vice-Presidente agradeceu a presença do Sr. Amarildo pela apresentação dos trabalhos. **Relato das Comissões Temáticas:** 1) **Comissão de Articulação e Comunicação.** Inicialmente a conselheira Maria de Lourdes fez o relato da reunião do grupo de acompanhamento da parceria com a Fundação Telefônica/Risolidária. Estiveram presentes os conselheiros Maria de Lourdes e Napoleão; Cristina Albuquerque, SPDCA; Graziela e Gabriela, da Risolidaria e o Assessor da Secretaria Executiva, Sr. Francisco Brito. Nesta reunião foi elaborado plano de ação para implantação da Intranet, como parte do Termo de Parceria SEDH/Conanda/Fundação Telefônica. A inauguração da Intranet foi prevista para o dia vinte e sete de outubro próximo, com a participação do Presidente, de conselheiros do Conanda e conselheiros Estaduais. Foi informado que a Fundação Telefônica estava se empenhando sobremaneira para que o documento estivesse pronto na data prevista. A Sra. Cristina apresentou dados estatísticos obtidos pela Fundação Telefônica durante o VII Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos Estaduais, Municipais e Tutelares realizado no mês de agosto passado, onde foram capacitados quarenta e três conselheiros. Destes, trinta e dois eram conselheiros estaduais, dez conselheiros do Conanda e um conselheiro Municipal. As principais áreas temáticas eleitas através dos questionários foram: abuso e exploração sexual; medias protetivas; medidas socioeducativas; violência; trabalho com famílias e drogadição. Foi informado ainda que no primeiro momento da Intranet seriam explorados os assuntos sobre informação e comunicação entre os Conselhos, para um alinhamento conceitual desses eixos. Nos Estados do Acre, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe os conselheiros seriam treinados nos próprios Estados, por técnico da Fundação Telefônica/Risolidaria antes da inauguração da Intranet, para que todos pudessem participar desta comunicação virtual. O tema principal a ser abordado na inauguração seria "A importância do diálogo entre os Conselhos para o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e no próximo "Chat" seria abordado o tema medidas socioeducativas, com a presença do Sr. Paulo Marques da SPDCA. O grupo de trabalho tratou também da periodicidade do bate papo, da elaboração de boletim informativo a ser disponibilizado na intranet, e cadastramento dos conselheiros. A conselheira Maria de Lourdes propôs a apresentação da Risolidaria na programação do Seminário Nacional sobre o Sistema de Atendimento Socioeducativo - Sinase, cuja proposta fora aprovada pela plenária. Em seguida, a Sra. Graziela fez a explanação do manual do usuário do Espaço Colaborativo da Risolidaria. O conselheiro Christiano deu prosseguimento aos relatos dos trabalhos informando que a Comissão, pela sobrecarga de trabalho ainda não havia analisado os Planos Estaduais de Comunicação, sendo necessário um prazo maior para está análise. Neste sentido propôs a prorrogação do prazo de vigência do Convênio com a ANDI para realização do 2º Encontro de Conselheiros e Jornalistas, no início do mês de dezembro, com a presença dos Conselhos Estaduais. A data foi questionada pela plenária, tendo sido sugerido prorrogar o Convênio para um prazo maior, porém prevaleceu a primeira proposta. Foi proposto ainda, garantir a paridade dos Conselhos Estaduais no evento, sendo as despesas do conselheiro não-governamental custeadas pelo convênio e do conselheiro governamental como contrapartida do Estado. Com relação aos parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos de Direitos foi realizada reunião extraordinária no dia trinta e um de setembro passado. Nesta reunião foi proposto pela Comissão e aprovação pela plenária o seguinte cronograma: reunião extraordinária nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete do mês em curso; apresentação da proposta à plenária do mês de novembro e deliberação da mesma no mês de dezembro; encaminhamento da mesma aos Conselhos Estaduais; recebimento das sugestões até março de dois mil e cinco; sistematização das sugestões até o mês de abril de dois mil e cinco e realização de Seminário Nacional no mês de maio do próximo exercício. **Parâmetros para Capacitação dos Agentes do Sistema de Garantia de Direitos.** O relator informou sobre a reunião extraordinária realizada no dia primeiro de outubro passado, onde a consultora do Unicef, Sra. Vera Lion expôs as linhas gerais a ser discutida pela Comissão, tendo sido elaborado amplo cronograma de trabalho, cuja aprovação final estava agendada para o mês de fevereiro do próximo exercício. **Plano Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos.** Este Plano também fora discutido na reunião extraordinária, juntamente com o consultor contratado pelo Unicef, Sr. Wanderlino Nogueira Neto, que expôs à Comissão o método de trabalho para elaboração do plano. Neste sentido também fora apresentado amplo cronograma de trabalho para formulação do Plano. Foi sugerido pela Comissão que o fortalecimento do sistema de garantia pudesse vir a ser tema da VI Conferência Nacional e que o Plano pudesse servir para a adoção de uma política nacional para a criança e o adolescente.

A Comissão solicitou ainda que a plenária priorizasse a formulação dessa política nacional. **Campanha de Doação aos Fundos da Infância e Adolescência do Pró-Conselho Brasil.** O relator informou que as peças da campanha publicitária para arrecadação de recursos fora apresentada pelo Sr. Alberto Albino da SPDCA e que o assunto gerou controvérsia no que tange ao papel dos conselheiros do Conanda no Grupo Consultivo do Pró-Conselho. Foi defendida a tese de que uma vez aprovado o Pró-Conselho pelo Conanda, as demais ações de sua execução não dependiam de nova aprovação do Plenário, devendo ser trazidas apenas como informes. Caberia, assim, aos conselheiros com assento no Grupo Consultivo o papel de garantir sempre a preservação dos princípios do Conanda na execução do Plano. Idas e vindas de temas ligados à operacionalização do Pró-Conselho ao Plenário do Conanda, dificultariam a execução do Pró-Conselho e sobrecarregariam o Conanda, que não teria papel executor. Por outro lado, se argumentou que o Grupo consultivo não tem poder de deliberação em relação à operacionalização do Pró-Conselho e que as ações estratégicas envolvidas na execução do Plano não se esgotavam na aprovação do Pró-Conselho pelo Conanda, pelo que todas as ações de natureza estratégica que viessem a ser discutidas no âmbito do Pró-Conselho deveriam voltar ao plenário do Conanda. Houve, nesse contexto, dissenso sobre a interpretação do que seriam ações estratégicas do Pró-Conselho, como tais sujeitas à aprovação do Conanda. Para parte dos presentes à reunião da Comissão, as ações estratégicas seriam aquelas que constavam do programa já aprovado, que estão sendo meramente executadas atualmente. Só caberiam necessidade de novas aprovações se houvesse mudanças de rumo nessas ações e no programa. Por outro lado, outros participantes da reunião consideraram que o conteúdo de uma campanha pública de arrecadação de recursos aos fundos era em si também estratégico, logo, dependia de aprovação do Plenário. Foi ponderado ainda, se não seria mais adequado que o Conanda estivesse presente na Coordenação Executiva do Pró-Conselho, hoje composta pelo Instituto Telemig e a SPDCA. Mediante o impasse a comissão propôs à plenária duas sugestões de encaminhamento: a) aprovação do material da campanha, pela urgência do tema, com a incorporação das alterações sugeridas pela Comissão no sentido de dar maior clareza nas peças de divulgação; b) discutir sobre o papel e os poderes dos Conselheiros do Conanda no Grupo Consultivo do Pró-Conselho. O assunto foi amplamente debatido pela plenária e propostos vários ajustes nas peças publicitárias e nas articulações da Campanha. Como ainda pairavam dúvidas o assunto foi submetido a aprovação através do voto nominal dos conselheiros presentes, às propostas que seguem: 1) – Aprovar a proposta da Comissão mediante os ajustes apontados; 2) – Não aprovar sem antes rever o material reformulado. A primeira proposta fora aprovada com dezessete votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções. Além da incorporação das alterações sugeridas pela Comissão foi aprovado que o Presidente do Conanda e o Ministério da Fazenda fizessem gestões junto a Receita Federal no sentido de facilitar ao contribuinte as doações aos Fundos dos Direitos. Que o Conanda recomendasse aos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos para o cumprimento da legislação vigente no que tange informar a Receita Federal até o último dia do mês de março de cada exercício a relação dos doadores para que os mesmo não caissem na malha fina da Receita. **Solicitação de Apoio Institucional ao filme “As Meninas”** – O conselheiro Christiano, relator da Comissão informou que a equipe de produção do longa “As Meninas”, a ser dirigido pela cineasta Sandra Werneck, solicitou ao Conanda apoio institucional ao filme. O projeto consistia na realização de documentário que buscava retratar a complexa e delicada realidade de adolescentes grávidas no país em distintos contexto (adolescentes da região norte do país, moradores de rua, adolescentes que se descobre com HIV no curso do pré – natal, adolescentes de classe media, bem como adolescentes que engravidam em razão de abuso sexual e de exploração sexual comercial). O documentário abordaria a vida dessas adolescentes da gravidez até seis meses após o parto, O filme seria exibido fora do circuito comercial, em escolas, ONG e outras instituições voltadas à crianças e adolescentes. O assunto foi debatido na Comissão e não tendo havido consenso foram sugeridas duas indicações à plenária: a) indicação de concessão do apoio institucional pela relevância do tema a ser abordado e pela seriedade dos profissionais envolvidos, com o convite para que os realizadores do filme viessem discutir com o Conanda os detalhes do projeto e a indicação que buscassem articulação também com a área de saúde do adolescente do Ministério da Saúde e com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; b) envio de correspondência do Conanda aos realizadores do filme, informando que não caberia em suas funções a concessão de apoio a uma produção cultural, manifestaria apoio a iniciativas que visem a despertar o debate e a conscientização sobre problemas que envolvessem a criança e o adolescente no Brasil e recomendaria que na feitura do filme fossem levadas em consideração a preservação da imagem das adolescentes e abordagem do tema numa ótica de saúde sexual e reprodutiva. As propostas foram debatidas pela plenária e deliberada através de consenso que não faz parte do universo do Conanda deliberar sobre assuntos de natureza cultural e indicar o Ministério da Saúde e a

Secretaria Especial de Políticas para Mulheres para subsidiá-los no projeto. A Secretaria Executiva foi designada para o envio da correspondência ao interessado. **Grupo de Trabalho sobre Classificação Indicativa.** A Comissão recebeu Ofício da Secretaria Nacional de Justiça/MJ, solicitando ao Conanda a indicação de temas relevantes a serem considerados pelo Grupo de Trabalho sobre Classificação Indicativa de Programas de Televisão e a indicação de dois conselheiros para o mencionado Grupo de Trabalho. Tendo em conta que havia decisão anterior do Conanda em relação à partição de cinco conselheiros no grupo (Fernando, Marta, Thereza, Sandra e José Luis), a Comissão sugeriu e a plenária aprovou os nomes das conselheiras, Thereza e Sandra, tendo sido decidido entre elas que a titularidade ficaria com Thereza e a suplência com a Sandra. 2) - **Comissão de Orçamento e Finanças/ Medidas Socioeducativas** – A conselheira Júlia fez o relato dos trabalhos ressaltando a realização do Seminário Nacional sobre Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase a realizar-se no período de vinte e quatro a vinte e seis de novembro, na Universidade Católica de Brasília, alegando que o documento já havia sido enviado à todos os conselheiros. Ressaltou ainda que na próxima Assembléia do Conanda o único ponto de pauta seria para o aprofundamento do Sinase. O Vice-Presidente ponderou a proposta, tendo em vista assuntos urgentes que deveriam ser tratados pelas Comissões, apresentando uma contraproposta para que no primeiro dia fosse discutido o Sinase e no segundo dia reunião da comissões e relatos dos trabalhos, tendo a proposta sido aprovada por todos. A relatora informou sobre reunião a ser realizada na Petrobrás do Rio de Janeiro no dia quinze de outubro próximo, com a participação do Conanda e da SPDCA para discutir a demanda de financiamento com recursos do Fundo Nacional, bem como novas doações do Impostos de Renda pela Petrobrás ao Fundo Nacional. Foi indicado o nome do conselheiro Cláudio para representar o Conanda na referida reunião. A Comissão discutiu e aprovou projetos de ONG's apresentados pela SPDCA, com recursos daquela Subsecretaria e do Fundo Nacional. Estes projetos já haviam sido apresentados à plenária, porém na ocasião foram aprovados os projetos referentes a Estados e Municípios, por motivo do cumprimento da Lei Eleitoral. Segue a relação dos projetos aprovados pela Comissão; 1) Fundação Escola Superior do Ministério Público/RN, para Capacitação Regional dos Operadores dos Direitos. Valor R\$ 60.000,00; 2) CRAMI, para ações com adolescentes em conflito com a lei em Campinas-SP, Franco da Rocha e São Paulo Capital - Valor R\$ 91.920,00; 3) CEDEDICA /RS, para atendimento jurídico ao adolescente em conflito com a lei nas cidades de Santiago, Santa Rosa e Três Passos - Valor R\$ 170.000,00; Fique Vivo, para atendimento do Protagonismo Juvenil, adolescentes infratores privados de liberdade na Febem-SP, através de Rádio Experimental - Valor R\$ 125.394,72; Rede Acreana de Jovens em Ação, para o fortalecimento do protagonismo juvenil de adolescentes em conflito com a lei em internação e semiliberdade, através de artes e musicas Valor R\$ 48.500,00; Projeto Nacional Mudanças de Cena, para capacitar funcionários de unidades de internação de quatro Estados. "Formação em direitos humanos. Valor R\$ 342.730,00; Cencifor - USP/ Centro de Ciências Forenses/Departamento de Medicina Legal Ética Médica e Medicina Social e do Trabalho da Faculdade de Medicina da USP/SP, para pesquisa, sobre porque as crianças desaparecem no Brasil e para elaboração de um sistema destinado a colaborar na elucidação dos casos de crianças desaparecidas através da psicologia, biologia molecular, da genética e da bioinformática; capacitação nacional de agentes da rede nacional de identificação e localização de crianças e adolescentes. Valor R\$ 222.200,00; Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gêneros, para capacitação de multiplicadores da cidadania, direitos humanos na ação da juventude, em três regiões de Porto Alegre. Capacitação de adolescentes e jovens para atuarem como promotores de direitos humanos e da igualdade de gênero racial junto ao público juvenil na rede escolar. Valor R\$ 77.219,50; Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC - SP". para". construção de relações democráticas entre jovens famílias e seus interlocutores nas áreas de educação, saúde, e segurança. Formação na área de direitos humanos. Valor R\$ 150.000,00; Ilanud - SP, para o fortalecimento no eixo de defesa e do controle social na garantia dos direitos de adolescentes em conflito com a lei. Valor R\$ 596.130,12; Instituto Pró-Juventude de Inclusão Social e Cidadania - SC, para capacitar mediadores escolares de escolas, sendo 50 adolescentes de cada escolas, para atender crianças e adolescentes envolvidos em conflitos escolares. Valor R\$ 44.000,00; Fórum Nacional DCA, para articulação das ações dos Fóruns Estaduais. Valor R\$ 243.965,43. Os demais projetos que foram encaminhados ao Conanda e á SPDCA deverão ser devolvidos e comunicado às entidades para rerepresentá-los após o estabelecimento das linhas de ação do Conanda para financiamento. No momento as linhas prioritárias de financiamento aprovadas eram: Sinase - aplicação das medidas socioeducativas (equipamentos, reforma construção e capacitação das equipes envolvidas). Sipia - Realizar projeto piloto em cada Estados para o efetivo funcionamento do Sipia. Após a apresentação houveram muitas indagações por parte da plenária, conforme registro: quais os parâmetros para

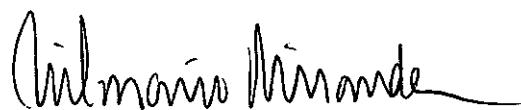
aprovação dos projetos de capacitação; muitos projetos aprovados do Estados de São Paulo; quais os critérios para selecionar os quatro Estados a serem capacitados no item seis; deve-se discutir melhor a questão da contrapartida; que os próximos projetos a serem apresentados as informações fossem mais detalhadas; o relato não refletiu as discussões havidas na Comissão; a comissão deveria discutir prazos para recebimento de projetos; colocar na página do Conanda o prazo e os critérios para aprovação de projetos; os recursos do Fundo Nacional não deveriam financiar só os projetos voltados para o Sinase, mas também para o sistema de garantia dos direitos; dificuldades em aprovar os projetos sem estabelecer critérios. Após longo debate sem que houvesse consenso os projetos aprovados pela Comissão foram submetidos à votação tendo sido registrado oito votos para aprovação e treze votos para abstenção. A conselheira Antonia propôs que a plenária aprovasse os projetos de acordo com o parecer da SPDCA e no próximo exercício estabelecesse uma reflexão mais aprofundada sobre o assunto. Esclareceu que a apresentação dos projetos na Comissão fora mais detalhada subsidiando a referida aprovação. A conselheira Júlia esclareceu que a Comissão havia solicitado a SPDCA um parecer para cada projeto e que a Comissão iria estabelecer prazos e procedimentos para recebimento de projetos. A proposta da conselheira Antonia e os esclarecimentos da conselheira Júlia foram acatados pela plenária, ficando mantido a aprovação dos projetos pela Comissão. A conselheira Maria Izabel questionou quais os encaminhamentos da Comissão no tocante a proposta orçamentária do FNCA para o exercício de dois mil e cinco no valor de seiscentos mil reais, solicitando que fosse registrada a sua indignação sobre o assunto. Propôs que o Conanda fizesse gestões junto à Frente Parlamentar no sentido de recompor o orçamento da fonte do tesouro. A conselheira Simone endossou a proposta da conselheira Maria Izabel. 3 –

Comissão de Legislação e Regulamentação – A conselheira Marta fez o relato dos trabalhos da Comissão destacando a análise do Projeto de Lei Nacional de Adoção – PL 1756/03, alegando que a preocupação da Comissão era de não afastar a medida protetiva de adoção do âmago da doutrina da proteção integral. Em seguida leu o parecer na sua íntegra, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pela plenária com a recomendação para o encaminhamento do mesmo em caráter de urgência à Senadora Patrícia Saboya, Deputada Maria do Rosário e aos Conselhos Estaduais dos Direitos, bem como o acompanhamento do PL no Congresso Nacional. Quanto ao parecer do Relatório final e texto propositivo de alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente e à redução da maioria penal, do Deputado Federal Vicente Cascione o mesmo deveria ser concluído e encaminhado à Frente Parlamentar e aos Conselhos Estaduais, tendo em vista a sua aprovação na Assembléia anterior. 4 –

Comissão de Políticas Públicas – A conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem: **Oficina sobre Trabalho do Adolescente Aprendiz** - Em virtude das dificuldades de encaminhar junto aos parceiros a realização da oficina, foi proposto a utilização dos saldos de recursos do VII Encontro de Articulação com os Conselhos para a realização da mesma pela Oscip NASCE. Neste sentido haveria necessidade de alteração das datas, visando o cumprimento dos prazos legais de aditamento do Termo de Parceria e a conciliação das agendas e dos espaços físicos necessários. A Comissão discutiu ainda a programação do evento, de acordo com a deliberação da Assembléia do mês de maio do presente exercício. **Oficina sobre Crianças e Adolescentes Indígenas** - Esta oficina também seria realizada com os saldos do VII Encontro e haveria alteração da data prevista, por problemas de espaço físico disponível. Na reunião da Comissão foram abordados os resultados da reunião com a Funasa, a programação e os participantes do evento. Foi proposto a inclusão das Instituições: Instituto Uaran – Zele Kaigangue; 6ª Câmara da Presidência da República e Conselhos Intersetoriais de Saúde Indígena – CISE. Foi definido pela Comissão que as conselheiras Thereza e Cleyde fariam contatos com a FUNASA e FUNAI para indicação de expositores dos temas propostos. Após o relato das oficinas a conselheira Maria das Graças deixou registrado que a Comissão de Articulação não fora informada sobre os saldos existentes e a conselheira Maria de Lourdes registrou o seu incômodo pela omissão da Secretaria Executiva em não comunicar à Comissão de Articulação tal fato. A Secretaria Executiva justificou o ocorrido, alegando que a sua preocupação foi única e exclusivamente para a efetivação das oficinas e também porque não tinha o entendimento de que os saldos de recursos deveriam ser destinados à Comissão de Articulação. Mediante os questionamentos, a conselheira Maria Izabel propôs que caso a Comissão de Articulação apresentasse outras demandas, a comissão de Políticas Públicas renunciaria a realização das oficinas, aguardando até a próxima plenária para propor novos encaminhamentos. A conselheira Rachel ponderou sobre os benefícios da realização das oficinas voltados para a população alvo, além de que as mesmas estão programadas há muito tempo, pelas dificuldades na sua concretização. O Vice-Presidente também apresentou suas ponderações abordando dois equívocos existentes, primeiro que os recursos pertenciam ao FNCA e não às Comissões. Segundo, caberia ao Conanda deliberar a sua destinação. Resolvido o impasse ficou mantida a realização das

oficinas nos dias oito e nove de novembro (aprendiz) e vinte e dois e vinte e três de novembro (crianças e adolescentes indígenas). Prosseguindo o relato das Comissões a conselheira Sandra informou que o Conselho Federal de Psicologia estaria promovendo no período de cinco a sete de novembro oficina sobre a população indígena e que o produto da mesma poderia contribuir para a oficina do Conanda. Foi deliberado pela plenária que a conselheira Antonia iria representar o Conselho no evento. **Oficina sobre o trabalho Infantil Doméstico e a Convenção N° 182 da OIT** – A relatora informou que a data foi alterada para o dia vinte e cinco de novembro, coincidindo com o Seminário do Sinase, portanto, a Comissão propôs que apenas a conselheira Maria Izabel deveria participar, porque ela já representa o Conanda na CETID. **Parecer do Conanda em relação a Portaria do Ministério da Justiça/ Classificação Indicativa** – O Grupo de trabalho não concluiu o parecer. O Vice Presidente deverá elaborar minuta, repassá-la à Comissão e posteriormente aos demais conselheiros para discussão na próxima plenária. **Agenda conjunta com o Conade** – Os conselheiros Fernando e Enid deverão concluir o documento e circulá-lo à Comissão e demais conselheiros para apresentação na próxima plenária. Com relação ao relatório final da Comissão Interministerial que trata sobre a Corde, a Assessora Graça informou que o mesmo ainda está sendo elaborado e brevemente será disponibilizado ao Conanda. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS** – A conselheira Thereza e a Assessora Graça estiveram presentes à Assembléia Ampliada do CNAS e informaram que foi assumido o compromisso por parte daquele Conselho de incorporar as contribuições enviadas pelo Conanda. **Comissão Intersetorial sobre abrigos e Convivência Familiar e Comunitária** – A conselheira Enid ficou responsável para verificar o seu andamento na Presidência da República. Caso o prazo fosse indefinido a Comissão discutiria o assunto na próxima plenária.; **CPMI sobre abuso e exploração sexual infanto-juvenil** – A relatora informou que o relatório ainda não poderia ser tornado público até que o mesmo fosse publicado no Diário Oficial do Senado. Tão logo fosse efetuada a publicação a Frente Parlamentar seria convidada para apresentá-lo ao Conselho. **Pronunciamento do Faustão** - Foi informado que o material solicitado à Rede Globo ainda não havia chegado. **Documento sobre Enfrentamento da Pedofilia e Pornografia na Internet** – Foi informado sobre a dificuldade do Conanda se fazer presente nas reuniões da Comissão que trata do assunto, em virtude dos convites chegarem fora do prazo para solicitação de passagem, impedindo a participação do Conanda nas discussões do plano de ação. A conselheira Rachel ficou responsável por verificar com a Coordenação da Comissão se haveria tempo hábil para o Conanda apresentar as suas contribuições. **Conselho Nacional de Comunicação** – A relatora informou que o Vice-Presidente manteve contatos com o Presidente do atual Conselho para verificar a possibilidade do Conanda integrá-lo ao mesmo, tendo sido informado a sua inviabilidade de acordo com a sua Lei de Criação, porém, o Conanda poderia solicitar a sua participação como ouvinte. Quanto a indicação de nomes para compor o Conselho foi informado que o mesmo era composto de cinco representantes da sociedade civil indicados pelos Senadores e que as entidades poderiam pleitear a sua participação. Neste sentido, foi informado que a ANDI já havia efetivado o seu pleito. Foi informado ainda, que o Fórum Nacional de Comunicação estava propondo a continuidade do Conselho Federal de Psicologia e a indicação da ANDI. A Comissão propôs que o Conanda fizesse gestão formal junto à Presidência do Senado para que a ANDI fosse indicada para compor o Conselho e que o Ministro Nilmário Miranda também fizesse gestões junto ao Senado Federal, enquanto Secretario Especial dos Direitos Humanos e Presidente do Conanda. A proposta foi aprovada por todos. **Agenda Conanda/Seppir** – A conselheira Cleyde apresentou as ações do MEC voltadas para as Comunidades Quilombolas e sugeriu ao Conanda a divulgação dos programas e dos recursos destinados aos mesmos. Ela esclareceu que não tem havido repasse de recursos por falta de demanda e que isto poderia estar acontecendo por falta de conhecimento por parte dos municípios. Com relação a Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial a Comissão sugeriu ao Conanda propor a inclusão de uma mesa voltada para discussão da situação de violação dos direitos de crianças e adolescentes negros, especialmente os quilombolas; solicitar a participação do Conanda como Convidado Especial; divulgar a conferência aos CEDCA, ressaltando a importância da participação dos CEDCA e dos CMDCA nas Conferências estaduais e municipais; apresentar sugestões ao documento base que está sendo elaborado. Com relação a Lei N° 10.639, propôs que o Conanda enviasse correspondência aos CEDCA para sensibilização das Secretarias Estaduais de Educação para garantir a implantação da mesma. Quanto à proposta da Seppir em discutir com o Conanda para que os Conselhos Tutelares incorporassem essa temática em suas ações, não houve definição, sendo necessário refletir melhor a questão da capacitação, para aprofundamento do assunto. **Discussão sobre o responsável pela Coordenação da VI Conferência Nacional, Tema data e Conferência principal** – Foi proposto que a Comissão de Políticas Públicas fosse a organizadora do evento e que na próxima plenária a

mesma iria apresentar proposta pertinente. O assunto foi discutido pela plenária e como não houvesse consenso foi proposto e aprovado que todos os conselheiros enviassem sugestões de temas, data, conferência magna, para decisão na próxima plenária, inclusive a sua Coordenação. **Assuntos Gerais** (informes, convites, representações, etc). 1) A conselheira Maria Izabel informou sobre as atividades da CUT/SP nos dias onze e doze de outubro, no Sesc Itaquera, em comemoração ao Dia da Criança. O Presidente do Conanda fora convidado e a conselheira Antonia ficou incumbida de verificar a sua agenda; 2 - A conselheira Maria das Graças repassou ao Conselho o material do Congresso Internacional Família Guardiã " A responsabilidade do Estado na Atenção e Proteção a Criança e ao Adolescente, nos dias dezesseis e dezessete de setembro em curso, na cidade de São Paulo, Promovido pela Prefeitura São Paulo / Secretaria Municipal de Assistência Social, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fundação Orsa e Corregedoria do Estado. Informou ainda sobre a importância e o sucesso do evento; 3) O Assessor Francisco informou sobre a manifestação do Fórum Nacional das ONG e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal sobre a situação do CAJE/DF, solicitando o apoio do Conanda. A conselheira Antonia complementou as informações dizendo que os manifestantes agendaram com o Ministro Nilmário para falar sobre a intervenção no CAJE; 4) A conselheira Maria de Lourdes informou sobre a Assembléia Anual de Avaliação das Políticas Públicas, promovida pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; 5) A conselheira Júlia informou sobre a realização do Encontro de Educação Social, no período de vinte e cinco a vinte e oito de novembro, na Cidade de Colatina-ES; 6) A conselheira Elisabete informou sobre a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, no período de dezessete a vinte e quatro de outubro, na cidade de Fortaleza - CE; 7) a conselheira Marta informou sobre a Rebelião dos Adolescentes na cidade de Curitiba-PR e que as Entidades da Sociedade Civil do Estado estavam formulando documento de reivindicação ao Governo do Estado. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.



Nilmário Miranda

Presidente do CONANDA